

O dólar ainda é a melhor notícia



A política econômica, para se sustentar, precisará ser aprimorada

Em dez meses de real, a notícia melhor mas não a mais nova é que o Brasil sepultou o dólar como referência estável. Quem apostou na moeda norte-americana perdeu de goleada: no mercado internacional e no mercado doméstico. Lá fora, exceção feita aos Estados Unidos, com o dólar comprasse menos bens e serviços no mundo, e não só no Japão e na Alemanha, onde o iene e o marco despontam

como as cambiais fortes. No Brasil dos últimos anos, o patrimônio em dólares minguiu face à moeda nacional, consumido por um vendaval tão ou mais forte quanto o que se abateu sobre a correção monetária nos anos de 1980 e 1981. É uma história longa e sem disfarces — os prejuízos começaram no último trimestre de 1991, com Marçílio Marques Moreira na Fazenda, e não pararam mais. Poderia ser um ótimo retrospecto. Infelizmente, a questão não se esgota por aí.

Substituir o dólar pelo real é bom para o Brasil e os brasileiros. Operar em moeda estrangeira manual significa transferir para o emissor, no caso, os Estados Unidos, o imposto inflacionário que corrói o capital por menor que seja a inflação. Ao emitir reais aceitos pela população é o governo brasileiro que se apropria do imposto inflacionário, que não é pe-

queno. Se a base monetária (reservas bancárias mais papel-moeda emitido) alcança R\$ 16 bilhões e a inflação chega a 30%, o imposto inflacionário é de R\$ 4,8 bilhões — quase o que foi arrecadado com o IPMF em 1994. Há ainda um prazer patriótico em usar a moeda nacional e não a moeda estrangeira — é como se o País reconquistasse respeito por si próprio. Isto é tanto mais válido quando a moeda nor-

te-americana fraqueja evidenciando que a política macroeconômica dos EUA continua desequilibrada, na esteira de um excesso de consumo de cerca de US\$ 150 bilhões anuais, que correspondem ao déficit do Tio Sam.

Nem tudo são flores. Também a política macroeconômica brasileira está desequilibrada, e se persistir nessa trajetória, o orgulho poderá se transformar em opróbrio, ainda que a prazo. Sustentar uma taxa moderada de inflação — que possivelmente será maior do que os 20 a 30% imaginados pelo ministro da Fazenda — é uma tarefa que se tem baseado num conjunto de medidas intervencionistas: compulsórios astronômicos, algumas alíquotas de importação incompatíveis com a globalização, juros absurdos, enormes despesas fiscais. Alguns governantes parecem ter retomado gosto pela inter-

venção, ao contrário do seu discurso. E a sociedade acaba obrigada a saudá-la, pois é melhor alguma do que nenhuma ação sobre o déficit comercial de US\$ 4 bilhões entre outubro e abril, e um déficit em conta corrente muito maior.

O nó se rompe pelo desequilíbrio no crédito e na demanda. O empréstimo que falta no banco aparece na empresa de factoring, e se o governo conseguir enquadrá-la, surgirá em outro lugar. Por que não no Paraguai? — indaga um banqueiro. Um economista famoso raciocina que se o imposto de renda fosse por absurdo de 80%, as pessoas fariam o que pudessem para receber por fora. É o que ocorre com o crédito. Quem depende do banco, quebra. Quem não depende — ou ainda melhor — pode encontrá-lo no Exterior, enriquece. Um risco que o governo não parece querer correr é o de

tentar substituir o crédito informal que ele não controla pelo crédito formal. É mais grave a situação da demanda. Com o dólar desvalorizado, é preciso um imposto de importação exagerado para evitar que as pessoas comprem o que vem de fora, pois passaram a ganhar muito mais se convertidos seus reais em dólares. Assim o Brasil importa, e assim equilibra os preços no mercado interno, pois a ociosidade da indústria local tornou-se uma quimera, e já se produz como nos áureos tempos do Cruzado. Quando a alíquota de importação aumenta, o preço sobe em seguida — como o dos carros ou eletroeletrônicos.

É possível que o dólar fique onde está por mais um bom tempo. É praticamente certo que compiar dólar continue sendo mau negócio, e os brasileiros agradecerão os esforços do Banco Central para prestigiar a moeda local. A questão é evitar um déficit na conta corrente que conforme as premissas poderia contentar-se com US\$ 12 bilhões ou no pior cenário, aproximar-se-ia dos US\$ 20 bilhões e simultaneamente, impedir que uma possível mudança cambial contamine a política antiinflacionária.

O justificado otimismo que veio com a votação das emendas constitucionais não responde aos desafios da política econômica, que para se sustentar, precisará ser aprimorada. Isto é mais fácil quando os ventos sopram a favor, como agora.

